

## **GESTÃO DE PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS COM FAMÍLIAS**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

O curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Socioassistenciais Com Famílias visa promover a formação de especialistas capazes de transmitir informações atualizadas, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país, propiciando a formação, em nível de Especialização, profissionais para a atuação na análise, avaliação e formulação (e/ou elaboração de projetos) de gestão de projetos socioassistenciais com famílias. O curso, objetivando oferecer estas bases teóricas e metodológicas para o efetivo estudo da gestão de projetos socioassistenciais com famílias. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área bem como os fatores externos e internos associados à gestão de projetos socioassistenciais com famílias.

#### **OBJETIVO**

Capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos. • Permitir a compreensão dos processos sociais e de gestão pública, para atuarem como fatores de mudança social e na gestão de projetos socioassistenciais com famílias; • Formular soluções e propostas no âmbito do planejamento, implementação e avaliação de políticas e programas de proteção social; • Propor soluções para o diálogo e integração entre órgãos e setores relacionados à proteção social.

#### **METODOLOGIA**

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
74	Ética Profissional	30

#### **APRESENTAÇÃO**

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa na Ética profissional.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

## REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

## APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. \_\_\_\_\_. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

## **PERIÓDICOS**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

## **APRESENTAÇÃO**

Este Módulo reúne os tópicos da disciplina Gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias, em que se pretende traçar as linhas básicas da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação dos territórios quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; A política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

## **OBJETIVO GERAL**

Especializar em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar os aspectos da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Conceituar a complexidade das ações das oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV, oficinas de esporte, lazer, arte e cultura, equipes de referência, unidades executoras e fluxo de encaminhamentos de usuários; Relacionar os estudos acerca dos grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Proteção e atendimento integral à família (PAIF); Os serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A cartilha PAIF 2016 - articulação necessária na proteção social básica; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Oficinas de esporte, lazer, arte e cultura (SCFV); Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; O PAIF e o trabalho com grupos no território; Um diálogo com a intervenção psicossocial; A pesquisa-ação e o grupo operativo; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; Os formulários do cadastro único e o preenchimento do formulário do PAIF; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação de origem quilombola; A identificação dos territórios quilombolas; O cadastramento das famílias quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; O cadastramento das famílias indígenas; Identificação de famílias de grupos específicos no cadastro único; Política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, 2009. BRASIL. Desenvolvimento Social. Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias quilombolas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. BRASIL. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

4508	Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral Às Famílias	60
------	--	----

## APRESENTAÇÃO

A disciplina de Serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica, abordada em diversos cursos, destinado principalmente à formação, especialização e atualização de profissionais ligados à Assistência Social, Serviço Social e outros, bem como, professores e estudantes universitários vinculados a estas áreas. O curso pretende traçar as linhas básicas da Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; da Assistência Social, dos Serviços Socioassistenciais; da proteção Social; da Proteção Social Especial (PSE); dos Serviços de média e alta complexidade; das tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; do PAIF; das seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; da Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93; da PNAS e da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da descentralização Político-Administrativa e da Participação Popular na Formulação das Políticas; do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); do NOB/SUAS, das Portarias, das Instruções Normativas e Operacionais, dos Editais; das Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS e da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS.

## OBJETIVO GERAL

Especializar em serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica; Conceituar a complexidade da relação entre os serviços de média complexidade, de alta complexidade e suas tipificação; Relacionar os estudos acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93, sua regulamentação e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais, a Proteção Básica e a Proteção Social Especial às Famílias; Proteção Social; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais e a Proteção Social Especial (PSE); Serviços de média complexidade; Serviços de alta complexidade; Tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; Acolhida; Quais as diretrizes metodológicas para o Trabalho Social com Famílias do PAIF; Em quais situações haverá a suspensão ou bloqueio do repasse do piso básico fixo; Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93: Regulamentação; Política

Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); A Descentralização Político-Administrativa e a Participação Popular Na Formulação das Políticas; O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); NOB/SUAS, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais; Instrução Operacional Nº 01/ 2010 – DGSUAS; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de Novembro de 2010; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 06 de 29 de Outubro de 2010; Instrução Operacional Conjunta Nº 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de Abril de 2011; Calendário de condicionalidades do exercício de 2011; Calendário de acompanhamento de educação; Calendário de acompanhamento de saúde; Calendário de acompanhamento de assistência social; Calendário de repercussões e orientações.

## REFERÊNCIA BÁSICA

BARROCO, M.L.S. O novo código de ética do assistente social. Serviço Social e Sociedade nº 41, ano XIV. Cortez: São Paulo, 2013. BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2017. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Serviço de proteção e atendimento integral a família- PAIF segundo a tipificação dos serviços Nacional de serviços socioassistenciais, Brasília: MDS Volume I. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Programas e orientações do MDS para a Assistência Social (2008). Disponível em: . Acesso em: 11 maio. 2018. \_\_\_\_\_. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Anotada/2009. Disponível em: . Acesso em: 12 maio. 2018. COSTA, Newvone Ferreira; SOARES, Mauricio Caetano Matias. O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os desafios Contemporâneos. (Org.) UNISUAM. Rio de Janeiro, 2014. MADEIRA, Zelma. Metodologia do Trabalho Social com famílias: um olhar das famílias em movimento. Brasília: 2013. MARTINELLI, M. L; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em serviço social. Serviço Social e Sociedade nº45, ano XV. Cortez: São Paulo, 2014.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. \_\_\_\_\_. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. \_\_\_\_\_. Instrução Operacional Conjunta n. 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de abril de 2011. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Guia de políticas e programas. Brasília, MDS, 2008. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica – SUAS n. 01 – Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005. \_\_\_\_\_. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. \_\_\_\_\_. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. \_\_\_\_\_. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. \_\_\_\_\_. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010. \_\_\_\_\_. Ministério da Assistência Social. Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: 2003. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005. \_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Vol. 1. Brasília: 2012.

## PERIÓDICOS

POTYARA, Amazoneida Pereira. Assistência Social e Democracia no Brasil Contemporâneo. ARTIGO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.

433

Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde

60

## APRESENTAÇÃO

Analisa a gerência dos serviços de saúde no contexto brasileiro, enfatizando as estratégias administrativas nos diferentes níveis organizativos do sistema de saúde. Aborda teoria das organizações, gestão de pessoas e as práticas gerenciais em saúde. Conceituação e teoria geral do planejamento. Origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil: do método CENDES-OPAS ao enfoque estratégico. As vertentes do enfoque estratégico: a proposta de Mário Testa, o Planejamento Estratégico Situacional e a Proposta de Medellín. Conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas, planos e programas de saúde. Planejamento e programação em saúde no contexto do SUS. Instrumentos de planejamento como ferramenta da gestão municipal.

## **OBJETIVO GERAL**

Reflexão sobre Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde no Brasil.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Estudar a teoria geral do planejamento bem como a origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil; Explicar os conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas públicas e programas de saúde; Entender o funcionamento do sistema de planejamento do SUS.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CONCEITUAÇÃO E TEORIA GERAL DO PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO EM SAÚDE ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO MÉTODO CENDES-OPAS AO ENFOQUE ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO E GERÊNCIA: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA AS VERTENTES DO ENFOQUE ESTRATÉGICO: A PROPOSTA DE MÁRIO TESTA, O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E A PROPOSTA DE MEDELLÍN AS ORIGENS E AS CORRENTES ATUAIS DO ENFOQUE ESTRATÉGICO EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA CONCEITOS BÁSICOS E OS SEUS USOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DE SAÚDE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS – UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS UNIDADE VI - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO MUNICIPAL SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BORBA, V. Municipalização da saúde: roteiro básico e plano diretor. São Paulo: Cedas. 1993. KOONTZ, H. O'DONNELL, C, WEHRICH, H. Administração: Organização Planejamento E Controle. 14 Ed. São Paulo; Pioneira 1987. OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias E Práticas. São Paulo: Atlas, 1989.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério da Saúde. Oficina de Monitoramento e Avaliação com foco na Melhoria do Programa. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância de Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980. CHIAVENATO, I. Administração - Teoria, Processo e Prática, 1ª ed., São Paulo, Ed. McGraw-Hill, 1985. MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993. 2 v. \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Saúde. Alguns aportes para sua elaboração. [S.l. s.n.], 2004. Mimeografado. MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p. NEMES FILHO, Alexandre. A unidade básica e o sistema de saúde. In: SCHRAIBER, Lilia Blima et al. (Org.). Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 276-286. TANCREDI, Francisco Bernardini et al. Planejamento em saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & cidadania, 2).

## **PERIÓDICOS**

CIAMPONE, Maria Helena Trench et al. Planejamento na prática da Enfermagem em um hospital de ensino. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 273-80, out. 1998.

## APRESENTAÇÃO

Globalização da economia e as mudanças no mundo do trabalho; questão social; estado brasileiro e tendências na gestão de políticas públicas; ação social na contemporaneidade: novas perspectivas do serviço social, emergência do terceiro setor e responsabilidade social corporativa.

## OBJETIVO GERAL

Contribuir para a globalização econômica, o neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender a gestão de políticas públicas e os mecanismos de participação, tal como a presença e importância do terceiro setor, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial no desenvolvimento de políticas públicas; Analisar a importância do serviço Social setor com mediador nas relações sociais no contexto da questão social. Transformar a informação em conhecimento por meio da Interdisciplinaridade com as diversas áreas do saber, para apreender a situação da desigualdade social nos espaços institucionalizados.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, O NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA NEOLIBERALISMO. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO. A ATUALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO: APORTES PARA O DEBATE. QUESTÃO SOCIAL NUM MUNDO GLOBALIZADO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HERANÇAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS. NOVAS TENDÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA O MOVIMENTO POPULAR O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DEMANDAS E . O SERVIÇO SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SÉCULO XXI. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DO ENSINO À PESQUISA. O PROJETO NEOLIBERAL DE RESPOSTA À “QUESTÃO SOCIAL” E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR”. O NOVO TRATO À “QUESTÃO SOCIAL” NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO A INSTRUMENTALIZAÇÃO E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR” PARA PROJETO NEOLIBERAL.

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo. BRESSER Pereira, Luiz Carlos (1998). Reforma do Estado para a Cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34. GUERRA, Yolanda (2000). “Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social”. Serviço Social & Sociedade, nº 62. São Paulo, Cortez. HARVEY, David (1993). A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte II. São Paulo, Loyola.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NETTO, José Paulo (1992). Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez. PETRAS, James (1999). Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB. YAZBEK, Maria Carmelita (1995). “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG.

## PERIÓDICOS

CARLOS e. Montaño doutor em serviço social. Prof. Da ufrj. Autor dos livros la naturaleza del servicio social. Un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción (1998) e microempresa na era da globalização (1999). Coordenador da biblioteca latinoamericana de servicio social (cortez). [Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)



## **APRESENTAÇÃO**

Captação de recursos e sustentabilidade: parcerias; cooperação internacional; identificação de fontes financiadoras; a instituição e seus projetos: estatuto, missão, títulos e qualificações; noções básicas de negociação; oficina: negociação de projeto social, marco legal do terceiro setor; lei das OSCIP's; responsabilidade social corporativa; mix de captação: instrumentos e meios para captar recursos; fontes financiadoras e critérios de financiamento; articulação e consolidação de parcerias; prestação de contas.

## **OBJETIVO GERAL**

Especializar em informações sobre projetos como instrumento de captação de recursos sob o ponto de vista do elaborador e do financiador.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Conhecer captação de recursos para o terceiro setor: aspectos jurídicos; Explicar o desafio da sustentabilidade financeira e suas implicações no papel social das organizações da sociedade civil; Identificar fundações e organismos internacionais governo.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: EMPRESA JUNIOR ACHIEVEMENT PRINCÍPIOS GERAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ETAPAS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA JUNIOR ACHIEVEMENT CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR:ASPECTOS JURÍDICOS ASSOCIAÇÕES E O CÓDIGO CIVIL CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA FUNDAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS GOVERNO RECURSOS HUMANOS VOLUNTÁRIOS O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS OSCS PROFISSONALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE OU AUTO-SUSTENTABILIDADE? ALGUMAS REFLEXÕES FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEIO PARA SUSTENTABILIDADE SUSTENTABILIDADE: DESAFIO DEMOCRÁTICO SUSTENTABILIDADE: ALGUNS AVANÇOS CONCEITUAIS

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33. \_\_\_\_\_. Parceiros Relutantes? Governo e Organizações Voluntárias na Grã-Bretanha. Porto Alegre: Mimeo, 1996. ARMANI, Domingos & González, Roberto. Desafios ao Desenvolvimento Institucional na Rede PAD. Porto Alegre: PAD, 2000.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

FOWLER, Alan. Striking a Balance – A Guide to Enhancing the Effectiveness of Non- Governmental Organisations in International Development. London: Earthscan, 1997. LANDIM, Leilah .As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil – Ocupações, Despesas e Recursos. Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, The Johns Hopkins University/ISER. Rio de Janeiro: Nau, 1999. VALDERRAMA, Mariano. El Fortalecimiento Institucional y los Acelerados Cambios en las ONG Latinoamericanas. ALOP, CEPES, 1998.

## **PERIÓDICOS**

IÓRIO, Cecília. Mobilização de Recursos – Algumas Idéias para Debate. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p. 53-57.

## **APRESENTAÇÃO**

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

## PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

279

Métodos e Técnicas de Trabalho com a Família

40

## APRESENTAÇÃO

Análise da estrutura, organização e interação familiar; O relacionamento familiar no mundo contemporâneo e abordagem comunitária; O trabalho com a família e os métodos, instrumentos e técnicas utilizados; Estratégias profissionais de enfrentamento às questões que envolvem o trabalho com famílias na atualidade; Conhecimento e elaboração de projetos de intervenção social para a família, contemplando diretrizes das políticas públicas.

## OBJETIVO GERAL

Discutir a necessidade, a importância, as atribuições e os desafios dos métodos a serem utilizados, visando compreender a atuação na escola, bem como suas contribuições para o desenvolvimento do processo educativo e familiar.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar as condicionantes históricas, econômicas e sociais da constituição familiar e suas modificações na sociedade contemporânea; Conhecer os fundamentos teóricos que embasam as diferentes abordagens do trabalho social com famílias; Sistematizar um conjunto de conhecimentos que possibilitem a análise e intervenção em questões emergentes relacionadas à dinâmica familiar.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FAMÍLIA: SIGNIFICADO, ORIGEM, PAPEL E MODELOS. ORIGEM: UM BREVE HISTÓRICO O PAPEL DA FAMÍLIA MODELOS FAMILIARES CONDIÇÃO FAMILIAR DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS A CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS E DOS VALORES NA FAMÍLIA CONSTRUINDO FORMAS PARA MELHORAR O RELACIONAMENTO AS DIFICULDADES DA FAMÍLIA EM PRESERVAR AS TRADIÇÕES A REALIDADE DE CADA MODELO DE FAMÍLIA MODELOS DE FAMÍLIAS FAMÍLIA MONOPARENTAL FAMÍLIA MOSAICO OU RECOMPOSTA: LIMITES QUE DEVEM SER IMPOSTOS AOS MEMBROS DA FAMÍLIA FORMA DE APRESENTAR LIMITES / LIMITES COM COERÊNCIA COMO IMPOR LIMITES A POSSIBILIDADE DE UM RELACIONAMENTO SADIO E A MANUTENÇÃO DE LIMITES NA FAMÍLIA A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA EDUCADORA / OS LIMITES CAMINHAM LADO A LADO COM A EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA / 7.3 UM MAIOR ESPAÇO NA FAMÍLIA PARA O DIÁLOGO É INDISPENSÁVEL A FAMÍLIA E A MODERNIDADE / EVOLUÇÃO PROCESSUAL SEM TRAUMA OS PROBLEMAS NO ESPAÇO ESCOLAR CONFLITO / CONCEITO / VIOLÊNCIA PROPOSTAS QUE PODEM AMENIZAR OS CONFLITOS O PERDÃO OFICINAS E DINÂMICAS ESCOLA DE PAIS A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA MEDIAÇÃO CONCEITO VANTAGENS DA MEDIAÇÃO POR QUE A MEDIAÇÃO NA ESCOLA PROGRAMAS CURRICULARES O QUE É INCLUSÃO SOCIAL O PAPEL DA ESCOLA REGULAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO A INFLUÊNCIA DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL A INFLUÊNCIA DA TERAPIA DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. CERVENY, C. M. de O. A Família como modelo: desconstruindo a patologia. São Paulo: Livro Pleno, 2001. HELLER, Agnes. A

família no estado de bem-estar social. São Paulo: PUC, 1992.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FELDMAN, Clara; MIRANDA, M.L. Construindo a relação de ajuda. Minas Gerais: Crescer, 1983. MEDINA, C. A. Família e mudança, o familismo numa sociedade arcaica em transformação. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. MOUSTAKAS, C. E. Descobrimo o eu e o outro. Minas Gerais: Crescer, 1994. PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1981. SOUZA, Anna Maria Nunes. A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

## PERIÓDICOS

CONTIGIO, Segismundo. A família como instituição natural. Minas Gerais: Boletim Semanal, 1996.

545	A Formação Profissional na Área Social da Contemporaneidade	40
-----	---	----

## APRESENTAÇÃO

Exclusão social; vulnerabilidade social e risco pessoal; indicadores sociais; projeto social: conceito, dinâmica dos projetos, ciclo de projetos. Ferramenta teórica para a elaboração e avaliação de programas e projetos sociais. Elaboração de projetos: identificação do problema; diagnóstico; formulação do projeto; fatores de risco; indicadores; gerenciamento de programas e projetos sociais; sistema de monitoramento e avaliação.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a Exclusão social no Brasil.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer os novos movimentos sociais e seu papel na construção da cidadania; Analisar os dos processos de responsabilidade sócio-ambiental, inclusão social e sustentabilidade; Identificar o uso das ferramentas do planejamento e do sistema de informação como bases para a construção e avaliação de projetos sociais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A EXCLUSÃO SOCIAL PARA ENTENDER A EXCLUSÃO SOCIAL EXCLUSÃO E POBREZA EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL CONCEPÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL A EXCLUSÃO, A GLOBALIZAÇÃO E A MODERNIDADE RISCO OU VULNERABILIDADE SOCIAL? RISCO OU VULNERABILIDADE SOCIAL? EIS A QUESTÃO! INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO: PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PLANEJAMENTO PROGRAMAR TIPOS DE PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO TÁTICO PLANEJAMENTO OPERACIONAL PLANO PROGRAMA PROJETO PROJETOS SOCIAIS ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS A ÉTICA NOS DÁ O SENTIDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS O PROJETO SOCIAL COMO UM PROCESSO LÓGICO POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS NA LÓGICA DO PLANEJAMENTO A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA ESFERA PÚBLICA QUEM PLANEJA? QUEM SÃO OS ATORES? COMEÇANDO A PLANEJAR, A PENSAR A AÇÃO... AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PRINCÍPIOS BÁSICOS O QUE É MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO? POR QUE FAZER MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO? MAIS INFORMAÇÕES A RESPEITO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO VANTAGENS E DESVANTAGENS DE AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS SELECIONANDO UM AVALIADOR EXTERNO OU UM TIME DE AVALIAÇÃO DIFERENTES ABORDAGENS PARA AVALIAÇÃO PLANEJAMENTO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO TIPOS DIFERENTES DE INFORMAÇÃO – QUANTITATIVA E QUALITATIVA ESTRUTURANDO UM PROCESSO DE MONITORAMENTO E/OU AVALIAÇÃO QUESTÕES CENTRAIS PARA A AVALIAÇÃO

## REFERÊNCIA BÁSICA

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. LuaNova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.  
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.  
SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo, 84: 353-364, 2011. COSTA, Gisele Paim. Cidadania e Participação. POA: Juruá Editora, 2008. PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. Opinião Pública, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, 2012, p. 68 – 87. PORTILHO, Fatima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. SP: Ed. Cortez, 2005. SACHS, Ignacy. Inclusão Social Pelo Trabalho. SP. Garamond, 2003.

## PERIÓDICOS

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

547	O Serviço Social no Brasil	40
-----	----------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Políticas Sociais; A Saúde e a Assistência Social; Serviço Social nas redes públicas; Saúde no Brasil; Assistência Social no Brasil.

## OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito de seguridade social e sua conformação no Brasil.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Explicar o projeto de reforma tributária no congresso e sua implicação para a seguridade social; Identificar a constituição federal de 1988; Diferenciar serviço social, cultura política e humanização.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA A SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CONSTITUINTE O CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL E SUA CONFORMAÇÃO NO BRASIL A TRAJETÓRIA INCOMPLETA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E INSTITUCIONALIDADE EM VISTA DO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DIREITOS SOCIAIS ASSOCIADOS A DEVERES FISCAIS A DIMENSÃO ECONÔMICA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VINTE ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ANTECEDENTES CONSTITUCIONAIS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS E O SERVIÇO SOCIAL OS ANTECEDENTES A HUMANIZAÇÃO COMO POLÍTICA NACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE SERVIÇO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E HUMANIZAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA COM FAMÍLIAS SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO QUE ATRAVESSA SÉCULOS OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E AS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL O TRABALHO COM FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

GENTILLI, Raquel de Matos L. Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras Ed, 1998. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006. \_\_\_\_\_, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras. A Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Orgs) O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 2001. pg 111-121. BELLINI, Maria Isabel Barros. O serviço social e abordagem com famílias: algumas especificidades. Porto Alegre. PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande d Sul, 1992. \_\_\_\_\_, Maria Isabel Barros. Arqueologia da violência familiar. Porto Alegre.PUCRS,2002.Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, PUCRS,2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Juruá, 2006. CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS, 1999. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1997.

## PERIÓDICOS

CRESS. Coletânea de Leis: Revista ampliada. Porto Alegre: 2005.

434	Políticas e Programas de Saúde da Família	40
-----	---	----

## APRESENTAÇÃO

História das Políticas de Saúde no Brasil; Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Promoção de Saúde; Educação em Saúde. Políticas públicas no campo da saúde coletiva. Debate da contextualização histórica, política e social do sistema de saúde no Brasil. Avanços e desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) na promoção da saúde. Apreciação das práticas políticas, institucionais e técnicas na viabilização do modelo de atenção à saúde.

## OBJETIVO GERAL

Compreender aspectos relacionados à evolução das políticas públicas de saúde no Brasil fazendo um paralelo com o novo programa hoje vigente no país o Programa Saúde da Família- PSF.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender como se deu a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil ao longo dos anos; Refletir sobre o surgimento do Programa Saúde da Família; Conhecer a percepção de gestores, profissionais de saúde e usuários a respeito do Programa Saúde da Família.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

POLÍTICAS DE SAÚDE HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA PEQUENA REVISÃO PROGRAMAS SAÚDE DA FAMÍLIA PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA SEGUNDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE, GESTORES E USUÁRIOS

## REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS GWS. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: Merhy EE, Onoko R, organizadores. Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: ucitec; 1997. p.229-66. LUZ M. Medicina e ordem política brasileira. Rio de Janeiro: Graal; 1982. Donnangelo MCF. O

desenvolvimento do sistema previdenciário. São Paulo: Pioneira; 1975. CORDEIRO H. O PSF como estratégia de mudança do modelo assistencial do SUS. Cad. Saúde Família. 1996 janeiro-junho; 1:10-5. LEVCOVITZ E, Garrido NG. Saúde da Família: a procura de um modelo anunciado. Cad. Saúde Família, 1996 janeiro-junho; 1:3-8.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBUQUEQUER, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 728 p. COSTA, Nilson Rosário. Políticas públicas: justiça distributiva e inovação. São Paulo: Hucitec, 1998. 178 COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. Saúde da Família: Uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio, 2002. MENDES, Eugenio Vilaça. Uma agenda para a saúde. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 300p. IYDA, Massako. Cem anos de saúde pública: a cidadania negada. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 147p.

## PERIÓDICOS

LUZ M. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "Transição Democrática" - Anos 80. Saúde em Debate 1991; 32(3):27-3. Ministério da Saúde (BR). Assessoria de comunicação social, ABC do SUS/MS. 2a ed. Brasília (DF): MS; 1991.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30
----	--------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

## OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

## REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## **SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Profissionais graduados em Serviço Social e nas demais áreas do conhecimento, interessados em especializar-se na área da gestão de projetos socioassistenciais com famílias.